

Fabricantes tentam aumentar o plástico nos carros

Química

Mônica Scaramuzzo
De Charlotte (EUA)

As indústrias químicas estão buscando novas oportunidades para elevar sua participação no setor automobilístico, substituindo metais, como aço e alumínio, pelos chamados plásticos de engenharia. Atualmente, cada carro já tem de 10% a 15% de plásticos em sua composição e a expectativa é de que possa subir para até 25% nos próximos anos. Um automóvel de passeio comum, como o modelo Gol, por exemplo, pesa em torno de 900 quilos a uma tonelada, em média. A expectativa é de que com mais plásticos em sua composição, o

veículo fique mais leve e emita menos CO₂. Esse conceito faz parte do chamado carro sustentável.

A expectativa é de que a demanda por mais plásticos na composição dos automóveis cresça de 5% a 7% ao ano até 2020, segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**.

No Brasil, boa parte dos plásticos utilizados na composição dos veículos é produzido a partir do polipropileno (PP), considerado menos resistente e mais caro que os plásticos de engenharia. Segundo Andreas Scheurell, diretor-geral da divisão de materiais de alta performance (HPM, na sigla em inglês) do grupo químico alemão Lanxess, os plásticos de engenharia, como o polibutileno tereftalato (PBT) e o poliamida (PA), são

mais eficientes em relação à leveza e resistência do veículo.

No entanto, o Brasil ainda utiliza uma espécie de plástico híbrido com o metal, enquanto em países mais desenvolvidos o plástico de engenharia já é utilizado.

A Lanxess vai colocar em operação no Brasil uma fábrica de PBT e PA em Porto Feliz (SP) a partir do terceiro trimestre de 2013. Segundo o executivo, a companhia já tem conversas com montadoras instaladas no país para discutir a substituição dessas matérias-primas nos veículos. Essa unidade terá capacidade para produzir 22 mil toneladas desses produtos por ano e terá capacidade para expandir sua capacidade, caso a demanda cresça.

O grupo alemão inaugurou

ontem uma unidade de plásticos de engenharia em Gastonia, na Carolina do Norte, com capacidade para 20 mil toneladas por ano. Esses produtos podem ser adicionados a aditivos e fibras de vidro, conforme a demanda de cada cliente.

Atualmente, os plásticos de engenharia estão mais presentes em carros de luxo. Segundo Josef Kerscher, presidente da unidade da BMW da Carolina do Sul, a companhia tem buscado nos últimos anos trabalhar com matérias-primas sustentáveis em seus veículos. A unidade da BMW em Carolina do Sul produz um veículo por minuto e cada um deles já tem um comprador garantido. Cerca de 70% da produção daquela unidade é exportada e uma

pequena parte chega ao Brasil, segundo o executivo, sem especificar o volume. De acordo com Kerscher, a companhia voltou a fazer contratações depois da crise global e o setor automobilístico está em recuperação.

Além dos plásticos, a busca por borrachas de alta performance, com matérias-primas sustentáveis, está entre os desafios das indústrias. Hoje a Lanxess possui o chamado pneu "verde", produzido com matéria-prima de alta performance, o que permite melhor desempenho com a redução do uso de combustíveis.

Christoph Kalla, coordenador de Marketing, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da unidade de negócios de performance de borracha de butadieno da compa-

nhia, diz que pesquisa matérias-primas mais sustentáveis para a produção de pneus sustentáveis.

Atualmente há pesquisas nos EUA para a produção de pneus a partir de matéria-prima butílica, com base em moléculas de milho (o milho é a principal base para a produção de etanol nos EUA). No Brasil, as pesquisas giram em torno do eteno com origem no etanol de cana, produzido pela Braskem, concorrente com a Lanxess em butadieno.

A Lanxess produz pneus de alta performance no Brasil na fábrica de Cabo de Santo Agostinho (PE). "Essa unidade do Brasil é considerada 'benchmark' nesse quesito", disse Kalla.

A repórter viajou a convite da Lanxess

Mineração Ministério busca conciliar as obras da hidrelétrica e da mina

MME entra na discussão da mina de ouro em Belo Monte

André Borges
De Brasília

O Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu entrar diretamente nas discussões sobre o polêmico projeto de mineração de ouro que a empresa canadense Belo Sun Mining pretende instalar na região de Volta Grande do Xingu, mesmo local onde está sendo erguida a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

O **Valor** apurou que uma reunião fechada foi convocada para hoje no ministério. Na mesma mesa estarão presentes a diretoria do consórcio Norte Energia, responsável pela construção da usina, e representantes da empresa Belo Sun. O encontro foi estendido a membros da Casa Civil e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). As discussões deverão ser acompanhadas por Telton Elber Correa, diretor do departamento de geologia e produção mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME.

O objetivo da reunião é discutir de que forma o governo atuará nos dois empreendimentos — hidrelétrica e lava de ouro — e como esses se relacionam, uma questão que, ao menos no relatório de impacto ambiental elaborado pela Belo Sun, foi absolutamente ignorada.

A única citação sobre Belo Monte nas 62 páginas do relatório apresentado pela companhia canadense refere-se à possibilidade de a mineradora utilizar energia elétrica da usina para extrair ouro, quando a hidrelétrica iniciar a sua operação a partir de 2015.

Reportagem publicada pelo **Valor** na segunda-feira revelou que a Belo Sun pretende extrair 4,6 mil quilos de ouro por ano em uma área que fica a apenas 15 km de distância da barragem principal de Belo Monte. Para isso, investiria US\$ 1,076 bilhão na extração e beneficiamento do metal. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento corre a passos largos na Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Estado Pará, e não pelo Ibama, como acontece com a hidrelétrica da Norte Energia.

Uma fonte que participa diretamente das discussões sobre os dois empreendimentos revelou que o governo fez uma avaliação negativa sobre o processo de licenciamento da mineração da Belo Sun. Nas margens do Xingu, no município de Senador José Porfírio, onde está prevista a lava do ouro, ribeirinhos foram informados por representantes da empresa que terão de sair da região por conta da mineração. Os pescadores chegaram a escrever uma carta sobre o assunto, a qual acabou

chegando a representantes do governo. “Soubemos do empreendimento dessa forma absolutamente informal”, disse essa fonte.

Outro ponto de conflito no empreendimento de mineração diz respeito ao impacto que a lava poderá gerar às aldeias indígenas da região. A hidrelétrica de Belo Monte se vê envolvida há décadas em discussões sem fim sobre os reflexos que a usina trará às terras e vidas indígenas, tendo realizado dezenas de audiências públicas sobre o assunto nos últimos anos. Outras audiências ainda estão por vir. O projeto da Belo Sun, no entanto, não menciona nenhum impacto indígena.

O Ibama alega que, por lei, é atribuição sua licenciar projetos de mineração apenas quando esta ocorre entre dois ou mais Estados, em áreas que atingem unidades de conservação federal ou em caso de lavras de minerais radioativos. O licenciamento da lava no Xingu, portanto, seria de competência da Sema do Pará.

“Não há condições de um empreendimento ignorar totalmente o outro. É isso que iremos avaliar”, disse uma fonte do governo.

Em termos práticos, o MME quer analisar uma forma de atuar mais diretamente nos empreendimentos. O Ministério Público Federal (MPF) em Altamira já encontrou inconsistências no rela-

tório de impacto ambiental apresentado pela Belo Sun Mining e iniciou uma investigação sobre o projeto. As preocupações incluem, por exemplo, eventuais riscos atrelados à utilização de explosivos na mina, bem ao lado da barragem da hidrelétrica.

Para o advogado especialista em direito ambiental do Instituto Sócio Ambiental (ISA), Raul do Valle, o MME já tem controle sobre o empreendimento. “O ministério pode agir por meio do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável pelas autorizações”, disse.

A Belo Sun possui 42 processos de licenciamento no DNPM, segundo informações da autarquia vinculada ao MME. Destes, 27 estão em fase de autorização de pesquisa. Além da área do Xingu, a companhia analisa explorações nas proximidades do rio Tapajós, também no Pará, e no Tocantins. Informações da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM) apontam que, só na Volta Grande do Xingu, há 489 processos protocolados no DNPM, dos quais 228 são destinados à extração de ouro.

Pelo cronograma da Belo Sun, a licença de instalação da mina em Volta Grande é aguardada para o primeiro semestre do ano que vem, com início do empreendimento a partir de junho de 2013.

Preço do metal provoca nova corrida

De Brasília

A expectativa dos canadenses em transformar o rio Xingu no “maior projeto de mineração de ouro do Brasil”, rótulo que a Belo Sun Mining destaca em sua página na internet, está diretamente associada às gordas previsões de receita feitas pela empresa. O faturamento com a lava no Pará é estimado em R\$ 538,6 milhões por ano, um resultado puxado pelo salto que o preço do ouro registra nos últimos anos. Em 2005, o preço da onça do metal (medida equivalente 31,10 gramas) teve média de US\$ 445. Em 2009, a cotação dobrou e chegou

a US\$ 974. Hoje o preço da onça está em US\$ 1.643.

O problema é que essa valorização explosiva arrastou consigo o reflorescimento do garimpo ilegal. Informações do Ibama encaminhadas ao **Valor** apontam que, de 2006 para cá, o órgão de fiscalização ambiental fez 153 autuações de operações ilegais tocadas na região da Amazônia Legal. Nesse período, a nova corrida do ouro já resultou em multas que somam R\$ 75,8 milhões. No Estado do Amazonas foram feitas 31 autuações, que responderam por R\$ 60,3 milhões em multas. As demais operações ilegais estão espalhadas pelos Esta-

dos do Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins.

O Departamento Nacional de Produção Mineral aponta que a produção de ouro no Brasil cresceu 19,61% no segundo semestre de 2011, em relação ao primeiro semestre do mesmo ano. A utilização média da capacidade instalada da indústria extrativa de ouro no país teve média de utilização de 82% no ano passado, quando as exportações do metal atingiram US\$ 2,324 bilhões.

Em 2010, o Brasil produziu cerca de 62 toneladas de ouro, posicionando-se como 13º maior produtor mundial. As maiores empresas produtoras de ouro no

país, segundo a autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia, foram Kinross, Anglo-Gold, Yamana e Jaguar Mining. Minas Gerais foi destaque na produção nacional com 49%, seguido por Goiás (15%), Bahia (10%), Pará (7%) e Mato Grosso (6%).

Dada a ilegalidade de milhares de garimpos que atuam na Amazônia, não há números muito precisos sobre o comércio do metal na região. Estimativas apontam que, atualmente, há cerca de 110 mil espalhados por toda a região. No Pará, a lava criminosa tem avançado para além do Xingu, atingindo toda a bacia do Complexo do rio Tapajós. **(AB)**



Dalmazzo, presidente da AG Óleo&Gás, acredita na consolidação do setor

Andrade Gutierrez amplia presença em óleo e gás

Estaleiros

Francisco Góes

Do Rio

A Andrade Gutierrez, um dos maiores grupos do país na área de infraestrutura, está entrando no mercado de grandes encomendas para plataformas de petróleo. A AG Engenharia e Construção, uma das áreas de negócios do grupo, fechou a compra de 60% da Aratu Óleo e Gás, empresa que era controlada pela baiana GDK, que manteve os 40% restantes. O valor do negócio não foi revelado, mas representa o primeiro passo do grupo, conglomerado que faturou R\$ 16,2 bilhões em 2011, para crescer na construção naval e offshore, segmento em que tem planos de fazer novas aquisições.

Com a compra do controle da Aratu, a Andrade Gutierrez chegou para brigar pelas grandes encomendas da Petrobras em um mercado disputado que levou várias empresas a construir estaleiros. Embora entre depois nesse segmento, a empresa considera que fez um investimento relativamente menor para comprar um ativo do que muitos concorrentes, o que é uma vantagem: “Chegamos seguros”, disse Paulo Roberto Dalmazzo, presidente da AG Óleo e Gás, divisão da AG Engenharia e Construção.

O grupo chegou a avaliar a compra de participação acionária do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), de Pernambuco, nos primórdios do projeto, mas desistiu do negócio. Há cerca de dois anos fez um acordo para utilizar o estaleiro Mauá, no Rio, e tinha a intenção de comprar essa unidade industrial, mas as tratativas não foram adiante.

Mais recentemente, por iniciativa de Dalmazzo, que conhece o controlador da GDK, o empresário Cesar Roberto Oliveira, foram abertas discussões com a Andrade Gutierrez sobre a compra do controle da Aratu, que tem área de 130 mil m², com 216 mil m² de retroá-

rea no município de Candeias, na grande Salvador. No local, a Andrade Gutierrez quer implantar uma fábrica de módulos de plataformas. O plano é construir os módulos e integrá-los às plataformas de produção de petróleo.

Dalmazzo disse que apresentou proposta em licitação da Petrobras para a construção e integração de módulos das plataformas P-74 e P-76, que vão operar nos campos da chamada cessão onerosa. A proposta consiste em construir 26 módulos e integrá-los às duas plataformas em Aratu. Se ganhar, a empresa pode fazer os contratos, que somam valores de mais de US\$ 2 bilhões, em 60 meses.

José Rodrigues Barbosa Filho, vice-presidente de desenvolvimento de negócios da GDK, disse que precisava ganhar “musculatura” para enfrentar a concorrência no mercado de construção de equipamentos offshore, daí a importância da parceria com a Andrade. Barbosa disse que a área da Aratu em Candeias está 70% pronta. Falta construir um cais com 360 metros de comprimento em investimento estimado em R\$ 100 milhões que permitirá atracar os cascos dos navios-plataformas. A ideia é que no local seja feita a integração dos módulos às plataformas. A fábrica de módulos da Aratu poderá passar por expansões aproveitando o terreno da retroárea.

Dalmazzo disse que a AG Óleo e Gás tem interesse em outras aquisições, por exemplo, na área de prestação de serviços de embarcações offshore para a indústria de petróleo. O executivo vê com simpatia o modelo integrado de operação neste segmento segundo o qual o grupo que constrói os navios de apoio offshore tem uma empresa para operar as embarcações em contratos de arrendamento de longo prazo com os operadores dos campos de petróleo.

“Acredito que haverá consolidação no setor de construção naval e offshore e vão surgir oportunidades de compra”, disse Dalmazzo.

Falências Requeridas
Requerido: Aptx Group Ltda. - Requerente: Athenabanco Fomento Mercantil Ltda. - Vara/Comarca: 6a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ
Requerido: Asec Indústria e Comércio de Auto Peças Ltda. - Requerente: Four Factoring Fomento Mercantil Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Poá/SP
Requerido: Fábio Santesso Ibitinga ME - Requerente: Coleção Têxtil Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Ibitinga/SP
Requerido: Forseg Curso de Formação de Vigilantes e Segurança Ltda. - Requerente: João Gonçalves de Freitas - Vara/Comarca: 5a Vara de Nova Iguaçu/RJ
Requerido: Renovação Vestibular Ltda. - Requerente: Giovana Barbosa da Silva - Vara/Comarca:

6a Vara de Nova Iguaçu/RJ
Requerido: Wintech do Brasil Impressos e Formulários de Segurança Ltda. - Requerente: N a Fomento Mercantil Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Barueri/SP
Falências Decretadas
Empresa: Mba Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. ME - Endereço: Rua Matheus José, 1233, Parque Novo Mundo - Administrador Judicial: Dra. Fabiana Moro Bandeira, Advogada da Própria Credora Requerente Tiger Pack Embalagens Plásticas Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de São Paulo/SP
Processos de Falência Extintos
Requerido: Gianilda Oliveira Batista Ferreira

ME - Requerente: Joanela Calçados Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Canindé São Francisco/SE - Observação: Falta de interesse de agir
Requerido: Refinaria de Petróleo de Manguiinhos S/A - Requerente: Aesseal do Brasil Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ - Observação: Desistência homologada
Requerido: Zps Franquia Ltda. - Endereço: Rua Barão de Jundiá, 80, Bairro da Lapa - Requerente: Mérito Espaço de Apoio Pedagógico Ltda. / Telma do Vale - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de São Paulo/SP - Observação: Petição inicial indeferida
Recuperação Judicial Requerida
Empresa: Metalúrgica Santa Helena Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Varginha/MG

Recuperação Judicial Deferida
Empresa: Frigorífico Itajaí Ltda. - Administrador Judicial: Sr. Ricardo de Castro Guedes - Vara/Comarca: 2a Vara de Itajaí/SC
Empresa: Industrial Cerâmicos Fortaleza Rio Claro Ltda. - Administrador Judicial: Sra. Luciana Ferreira Costa Telles - Vara/Comarca: 1a Vara de Rio Claro/SP
Empresa: Megastamp Industrial Ltda. - Administrador Judicial: Dra. Patrícia de Macedo Trigo Frossard Paschoalin - Vara/Comarca: 3a Vara de Mauá/SP
Empresa: Rio Blister Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Produtos Alimentícios Ltda. - Administrador Judicial: Capital Consultoria e Assessoria Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Taquaritinga/SP